



Investigação Jornalística: Exploração Sexual de Reclusas na Cadeia Feminina de Ndlavela

“Saio duas a três vezes por semana... só descanso quando estou menstruada”

Guardas prisionais forçam mulheres reclusas a sair da cadeia para se prostituírem. Por cada reclusa entregue a um cliente recebem pagamento em dinheiro que varia de cerca de 3 até 30 mil meticais. Os clientes são, geralmente, pessoas bem posicionadas na sociedade que procuram prazer em mulheres que acreditam terem permanecido muito tempo sem manter relações sexuais. As reclusas usadas na rede de prostituição recebem tratamento privilegiado na cadeia. As que se recusam a aderir à rede são seviciadas e no fim a maioria acaba cedendo. O CIP investigou o escândalo que acontece há anos e narra como tudo acontece. O relatório inclui vídeos e imagens de reclusas e guardas prisionais flagrados em cena de exploração sexual.

Introdução

Faz tempo que se refere à superlotação das cadeias¹ como o principal problema² da violação dos direitos humanos nas prisões moçambicanas. Igualmente, reportam-se casos de menores encarcerados em celas inapropriadas, deficiente sistema de saneamento³, negação ao recluso ao direito a voto⁴ como outras das ilegalidades que ocorrem nas prisões moçambicanas. Em informe na Assembleia da República, em 2020, a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, afirmou que o Ministério Público realiza “inspeções aos estabelecimentos penitenciários visando aferir as condições de reclusão e o respeito pelos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade”⁵. Entretanto, um escândalo que dura há vários anos manteve-se oculto a todos: a exploração sexual da mulher reclusa. Uma investigação conduzida pelo Centro de Integridade Pública (CIP) no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo (EPEMM), mais conhecida por Cadeia Feminina de Ndlavela, revela detalhes de um submundo de actos ilícitos de natureza variada cometidos por guardas prisionais contra mulheres reclusas.

1 A Procuradora Geral da República Beatriz Buchili disse no Informe à Assembleia da República em Abril de 2021 que “a superlotação continua a constituir um desafio na gestão do nosso sistema penitenciário”. Apresentou dados indicando que nos 157 estabelecimentos penitenciários do país, com capacidade de 8.498 reclusos, estavam encarcerados até 31 de Dezembro de 2020, 18.752 pessoas, uma superlotação de 10.254, correspondente a 121% acima da capacidade. Cfr. Procuradoria Geral da República (2019), Informação Anual Do Procurador-Geral Da República À Assembleia Da República - 2020, p. 19;

2 Em relatório dos Direitos Humanos de 2018, o Departamento do Estado dos EUA escreveu que “As condições das prisões [de Moçambique] permaneceram severas e potencialmente com ameaça à vida na maioria das áreas devido a sobrelotação grosseira, condições sanitárias inadequadas e cuidados médicos limitados”. Cfr. US Embassy in Mozambique (2018). Relatório dos Direitos Humanos em Moçambique de 2018. Disponível em <https://mz.usembassy.gov/pt/mozambique-2018-human-rights-report-pt/> [acessado a 11 de Maio de 2021]

3 DW (2013). Reclusos são vítimas de abusos dos direitos humanos em Moçambique. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/reclusos-são-v%C3%ADtimas-de-abusos-dos-direitos-humanos-em-moçambique/a-17080905> [consultado a 05 de Novembro de 2020];

4 LUSA (2019). Provedor de Justiça de Moçambique considera “ilegal” recusa de voto aos reclusos. Disponível em https://24.sapo.pt/amp/noticias/provedor-de-justica-de-mocambique-considera_5f9159320f14702437fb4aa3 [acessado a 11 de Maio de 2021]

5 Procuradoria Geral da República (2019), Informação Anual de 2019 do Procurador-Geral da República à Assembleia da República, p. 30;

Criado em 1999 pelo Diploma Ministerial nº 102/99 de 22 de Setembro para albergar mulheres condenadas a penas de prisão maior, o EPEMM acolhia, em 2019, 125 reclusas, distribuídas em 8 celas, com capacidade para 20 pessoas cada⁶. Durante o dia, as mulheres que cumprem penas nesta cadeia realizam actividades diversas, incluindo de formação em vários cursos como sejam de corte e costura, criação de frangos e cultivo de alimentos. Uma organização internacional de defesa dos direitos da mulher considerou a Cadeia Feminina de Ndlavela de “escola de vida”, acrescentando que é “um centro de formação profissional no qual algumas pessoas entram analfabetas saem alfabetizadas”⁷. Certamente esta organização não tinha informação do que se passa na clandestinidade com a mulher reclusa em Ndlavela. Este relatório de investigação traz o lado obscuro relacionado com a sujeição forçada das mulheres reclusas a actos degradantes durante o período em que se acham reclusas neste centro prisional.

Metodologia

A investigação foi conduzida usando técnicas de Jornalismo Investigativo, complementadas com a revisão de literatura sobre a matéria. Recorreu-se, também, a fontes anónimas para a recolha de evidências e isso incluiu a captação de imagens e áudios das vítimas e dos guardas prisionais. Teve-se o cuidado de garantir a ocultação da identidade das vítimas, através da distorção das imagens e das vozes, uso de nomes fictícios e outras formas internacionalmente aceites para a protecção de vítimas de exploração sexual.

Pesquisadores do CIP fizeram-se passar por clientes e infiltraram-se na rede de exploração sexual de reclusas. Por três ocasiões, num período de cinco (05) meses, solicitaram e foram-lhes entregues jovens reclusas que cumprem penas na Cadeia Feminina de Ndlavela, a troco de pagamentos de valores monetários a guardas prisionais. Na primeira ocasião, as reclusas foram retiradas pelos guardas prisionais da Cadeia Feminina de Ndlavela para o Hospital Central de Maputo, fingindo que iam a uma consulta médica. Do hospital, as vítimas foram entregues aos investigadores do CIP, disfarçados de clientes. Em outras duas ocasiões, as reclusas foram retiradas da Cadeia pelos guardas e entregues aos investigadores do CIP numa pensão localizada a poucos metros do estabelecimento penitenciário. Ao todo, houve contacto com 5 reclusas que ainda cumprem penas de prisão na Cadeia Feminina de Ndlavela. Durante os encontros, os investigadores do CIP colheram informação de como a rede de exploração sexual de reclusas opera e isso incluiu a captação de vídeos, imagens e áudios, usando câmaras ocultas.

Numa segunda fase da investigação, foram entrevistadas quatro (04) antigas reclusas que livremente contaram a sua experiência durante os anos de cadeia. As entrevistas tiveram lugar nas instalações do CIP e as entrevistadas foram informadas do propósito para o qual eram entrevistadas. Igualmente foram captadas imagens das entrevistadas, que posteriormente foram distorcidas para a protecção das vítimas. O CIP mantém em local seguro cópias de todas as imagens e dos áudios originais. Foram igualmente entrevistadas psicólogas que comentaram sobre os efeitos psicológicos que as vítimas de exploração sexual podem sofrer.

6 Andre, E. e Mendonça, M. (2019). Política prisional e garantia de atenção integral à saúde da criança que coabita com mãe privada de liberdade, Moçambique. *SAÚDE DEBATE*, V. 43, N. 120, P. 43-53, JAN-MAR; Rio de Janeiro;

7 Gender Links (2024). Auto Superação: Cadeia de Ndlavela – Uma Escola De Vida. Disponível em <https://genderlinks.org.za/news/auto-superao-cadeia-de-ndlavela-uma-escola-de-vida-2014-06-24/> [acessado a 11 de Maio de 2021]

A negociação: “15 [mil meticais] por uma pombinha...”

A exploração sexual das reclusas é um negócio lucrativo. As reclusas são tratadas como uma mercadoria e têm um preço. “Pombinhas”, “coelhinhas” são alguns dos termos usados pelos guardas prisionais para se referir às mulheres reclusas durante a interação com os clientes. O interessado em manter relações sexuais com reclusas deve negociar com os guardas da penitenciária alguns dias antes. A negociação é muito sigilosa. O interessado - cliente - pode fazê-lo entrando em contacto directamente com um dos guardas ou com alguém da sua confiança para intermedeiar a negociação para a retirada das reclusas da cadeia. Geralmente os clientes, são pessoas de confiança do guarda com quem se negocia.

Assim que o cliente manifesta interesse em manter relações sexuais com reclusas, negocia-se o preço, o dia e o local do encontro. O valor cobrado pela retirada das reclusas varia muito em função do local marcado para o encontro, da duração das sessões e da “qualidade do produto”. “As mais novas são as mais solicitadas e mais caras. *Diz o seu amigo aumentar o valor!*, informou um guarda prisional aos pesquisadores do CIP.

O dinheiro é partilhado entre os guardas envolvidos no esquema para a retirada das reclusas da cadeia. Das três vezes que investigadores do CIP solicitaram reclusas, o preço pago foi diferente. Em uma das vezes que se solicitou duas reclusas, um guarda prisional cobrou 15 mil meticais por cada, totalizando 30 mil pelas duas. Entretanto, explicou que deste valor haveria de receber cerca de 5 mil meticais pois o montante devia ser repartido entre os membros da rede.

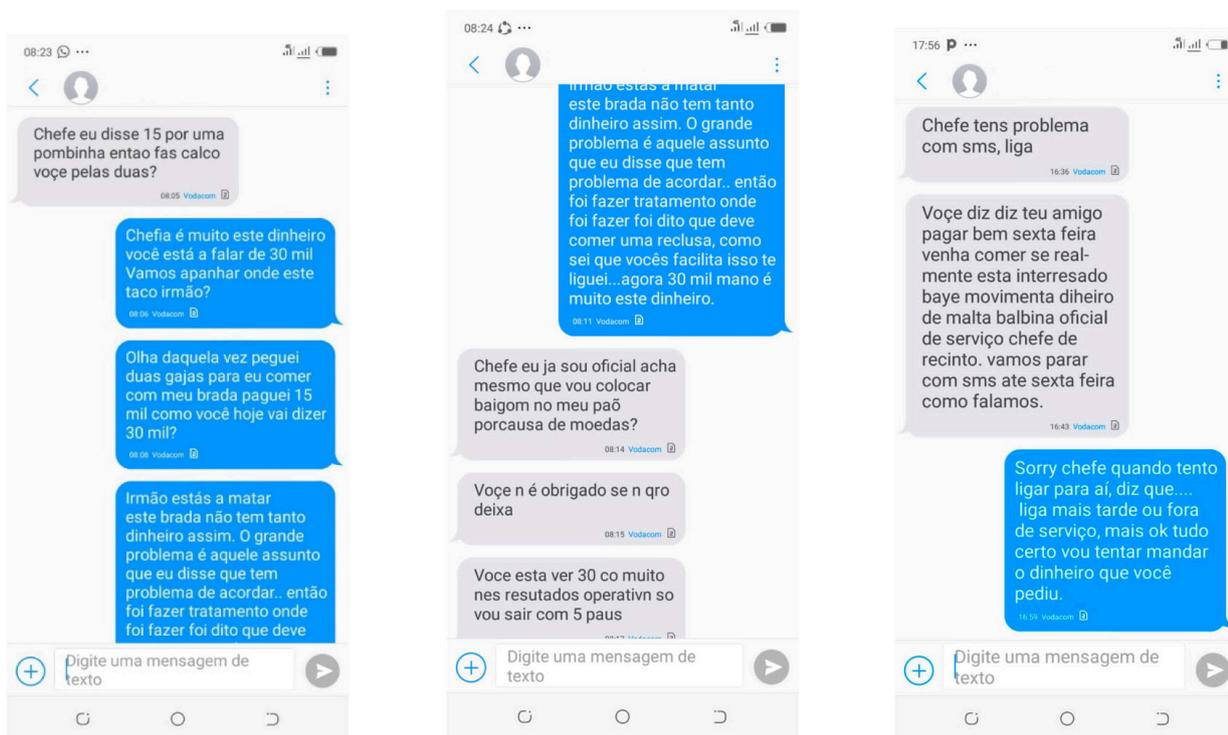
Chefe, eu disse 15 [mil meticais] por uma pombinha. Então faz cálculo você pelas duas, escreveu o guarda em mensagem de texto (SMS). *Você está a ver 30 [mil meticais] como muito [dinheiro]. Nos resultados operativos, só vou ficar com 5 paus!*, explicou!

Sem saber que se tratava de uma investigação jornalística, o guarda prisional foi induzido a fazer a negociação através de mensagens de texto. Revelando-se desconfortável com a troca de mensagens, o guarda reclamou mas antes disso deixou instruções sobre o pagamento:

Chefe, tens problema com SMS. Liga” - escreveu o guarda em mensagem de texto, antes de dar as últimas instruções de como ter acesso às mulheres reclusas. E o essencial é pagar bem: *Você diz [ao] teu amigo pagar bem. Na sexta-feira venha comer. Se realmente está interessado, bai, movimenta dinheiro de malta Balbina, oficial de serviço, chefe do recinto. Vamos parar com SMS [e] até sexta-feira, como falámos.*

A figura 1. Mostra parte das mensagens de texto trocadas entre os guardas prisionais e pesquisadores do CIP, se fazendo

passar de clientes



Legenda: captura de ecrã de parte de mensagens trocadas entre um guarda prisional e pesquisadores do CIP negociando o fornecimento de reclusas para exploração sexual

Normalmente a retirada das reclusas é feita nos dias em que o guarda com quem se negociou está de serviço na penitenciária. A saída das reclusas acontece geralmente aos fins-de-semana e feriados. Mas, em alguns casos, são retiradas no meio da semana. O dia é definido muito em função da disponibilidade tanto do guarda quanto do cliente. A reclusa é tratada apenas como mercadoria. Mesmo a meio da semana, arranja-se uma forma de retirar as reclusas.

Finais de semana, feriados, noites e não só!

As mulheres encarceradas na Cadeia Feminina de Ndlavela são retiradas regularmente pelos guardas prisionais para serem exploradas sexualmente. Embora seja mais comum as reclusas saírem a noite e aos fins-de-semana ou feriados, algumas chegam a ser retiradas em plena luz do dia e no meio da semana. Há reclusas que saem 3 a 4 vezes por semana para manter relações sexuais com pessoas que dizem desconhecer.

Às vezes, os guardas prisionais contam com ajuda de reclusas mais antigas no estabelecimento prisional na escolha das novatas com o perfil certo para sair. Uma vez escolhidas, são obrigadas a sair com qualquer pessoa.

As reclusas são retiradas das celas que ficam no extremo sul da cadeia. Percorrem uma longa distância de cerca de mais de 500 metros dentro da cadeia até chegarem ao portão principal, que fica no extremo norte. Neste percurso, as reclusas deparam-se com guardas e chefes de permanência. Não há interpelação das reclusas em movimento sem autorização. O esquema envolve várias hierarquias de chefias, desde o chefe de cela, o oficial de permanência aos guardas que ficam nas torres de vigilância.

Assim que chegam fora da penitenciária, as reclusas são transportadas pelos guardas até ao local acordado com o cliente. Em alguns casos usam viaturas de terceiros contratados como serviços de táxi.



Legenda: As imagens mostram viaturas usadas em duas ocasiões para o transporte de reclusas da cadeia de Ndlabela para a Pensão

Quando o encontro é na Pensão Complexo Gima-Gima Sociedade Unipessoal, Lda, localizada a escassos metros da cadeia, geralmente dois guardas prisionais, à paisana, seguem a frente. É um casal de guardas disfarçado de namorados que chega à pensão a civil, ocupa um quarto e permanece durante todo o tempo que as reclusas estiverem no local para manter relações sexuais com os clientes. Este é um trabalho de inteligência para garantir que as reclusas não fujam, mas também serve como missão de reconhecimento do terreno antes da entrega das reclusas aos clientes. Depois de verificadas as condições, outros guardas prisionais levam as reclusas ao local, cerca de 10 minutos depois.



Legenda: As imagens mostram dois falsos casais de guardas prisionais que se deslocaram à pensão para serviço de reconhecimento antes da entrega das reclusas..

O primeiro encontro: reclusas entregues no Hospital Central de Maputo

No 16 de Dezembro de 2020, à hora do almoço, dois investigadores do CIP, simulando tratar-se de clientes interessados em satisfazer os seus desejos sexuais, deslocaram-se ao Hospital Central de Maputo (HCM), concretamente ao Departamento de Cirurgia 1, para receber duas reclusas (“pombinhas”), com quem haveriam, supostamente, de manter relações sexuais. A negociação tinha sido feita semanas antes entre um guarda prisional e investigadores do CIP.

HCM foi o local combinado para o encontro pois as reclusas foram retiradas da cadeia com a alegação de que iam à consulta hospitalar. Chegaram ao HCM transportadas numa viatura de serviço do EPEMM, acompanhadas por quatro guardas prisionais - dois à paisana e dois fardados e armados.

Tem duas horas e depois nos traga as pombinhas!” - disse um dos guardas que confiou a protecção das reclusas a investigadores do CIP disfarçados de clientes. As duas jovens reclusas seguiram, então, com os investigadores do CIP em uma viatura alugada para uma casa localizada no Bairro Central, na Avenida Emília Daússe que havia sido arrendada para a ocasião.

Uma vez na casa, onde já tinha sido preparado um almoço de *pizzas* e sumos, iniciou a conversa com as duas reclusas que durou cerca de duas horas. Elas não sabiam que se tratava de uma investigação jornalística. Foram levadas a acreditar que estavam em conversa amigável com parceiros sexuais, sensibilizados com a sua condição de reclusas. Uma foi mais aberta do que a outra e contou a sua história desde a prisão até a vida na cadeia.

“Fui violada por carcereiros”

Carla [nome fictício], 30 anos, contou que antes de ser presa traficava droga com as suas amigas, crime que a levou a ser condenada a seis anos de prisão. Cumprindo a pena na penitenciária de Ndlavela, foi forçada pelos guardas prisionais a entrar no mundo da prostituição. E, naquela tarde estava diante de homens desconhecidos disposta a satisfazê-los sexualmente. Não teve a opção de escolher estar ou não naquele local. Foi negociada sem o seu consentimento e nem conhecimento. Foi informada que iria sair da cadeia para ser entregue àqueles que pagaram o preço exigido pelos guardas prisionais. Estava ali pronta para fazer tudo o que lhe fosse solicitado.

Naquela tarde a história seria, porém, diferente. Os clientes que solicitaram os serviços da Carla estavam mais interessados em conversar do que em manter relações sexuais. A Carla até pode ter estranhado a atitude mas encontrou no seu companheiro da ocasião alguém para partilhar as brutalidades a que está sujeita na cadeia. Abriu-se e contou a sua vida.

Quem dá as ordens para sair é a chefe Berta. Vim aqui por ordens da chefe Berta!” - disse Carla, explicando que chega a sair duas a três vezes por semana para prostituir-se sem o seu consentimento.

Os guardas também obrigam a jovem reclusa a manter relações sexuais com eles, sempre que querem. E, nos casos em que tentou recusar, diz que foi agredida. Fui violada por carcereiros!, disse com a voz trémula. *Já fui espancada por ter recusado manter relações sexuais com um oficial de permanência. Acabei parando no hospital!*, contou.

Carla conta que recebe dinheiro dos “clientes” mas estes não são obrigados a pagá-la. Fazem-no por iniciativa própria. O pagamento pelos serviços prestados pela Carla é canalizado aos chefes, os guardas prisionais. E na maioria das vezes, o valor pago pelos clientes é confiscado pelos guardas. “Quando voltamos somos revistadas e quem for encontrada com algum valor é-lhe retirado”, contou!

Aos investigadores do CIP, os guardas cobraram 15 mil meticais para a retirada da Carla e mais uma reclusa. Depois de mais de uma hora de conversa com Carla, os guardas comunicaram que o tempo já havia esgotado. A pedido dos guardas, os investigadores acompanharam as reclusas para o HCM, ao Jardim próximo à Medicina 1. No local, encontrava-se o mesmo efectivo de guardas prisionais, isto é, dois agentes à paisana e dois uniformizados e munidos de armas de tipo AKM. O Valor foi entregue aos guardas em *cash*. Como forma de evitar deixar rastros, os guardas recusam-se a receber pagamentos por transferências bancárias ou de contas de telemóveis.

O segundo encontro: reclusas entregues na tarde de Sexta-Feira Santa, numa Pensão

Passados 3 meses e duas semanas após o primeiro encontro com as reclusas, os pesquisadores do CIP, novamente disfarçados de clientes, decidiram voltar a contactar os guardas prisionais solicitando reclusas para supostamente satisfazerem os seus desejos lascivos. Após dias de negociação foi marcado o encontro para 02 de Abril de 2021, Sexta-Feira Santa, numa pensão localizado há escassos metros do estabelecimento penitenciário. O local foi escolhido pelos guardas.



Legenda: “Casal” de guardas prisionais retira-se da pensão pouco antes da saída das reclusas



Legenda: Momento em que as reclusas desocupavam a viatura à chegada na Pensão

Por volta das 13:40 chegava à pensão um homem e uma senhora numa motorizada. De longe parecia tratar-se de um casal normal que estava naquela pensão para se divertir. Porém, de normal não tinham nada. Eram, na verdade, dois guardas penitenciários que faziam parte de uma missão de reconhecimento, cuja tarefa era verificar ou monitorar aspectos relacionados com a segurança e inteirar-se de quem eram realmente os supostos clientes. Dez minutos depois chegavam à pensão, numa viatura branca de marca Toyota, as duas reclusas escaladas para a missão: a Maria e a Marta [nomes fictícios], acompanhadas por 2 homens - estes também guardas.

As duas reclusas foram recebidas pelos investigadores do CIP que, fazendo-se passar por clientes, as levaram para os seus respectivos quartos na pensão a fim de, supostamente, manter relações sexuais.

O calvário de Maria: “Querendo ou não, tenho de sair!”

Maria [nome fictício] 35 anos, 1,5 metros, é uma de muitas reclusas do EPEMM que, do nada, se viu envolvida numa rede clandestina de exploração sexual. Presa há dois anos, a reclusa já cumpriu um terço da pena de seis anos a que foi condenada pelo crime de agressão física contra o esposo. Mas, para além da pena que cumpre pelo crime que cometeu, a reclusa paga, por detrás das grades, um preço ainda maior: o da prostituição forçada.

Maria é retirada das celas para prostituir-se pelo menos duas vezes por semana. Privada de liberdade e sem apoio da família, a reclusa parece não ter escolha.

No dia 2 de Abril, Maria foi entregue, pelos guardas, ao suposto cliente - um pesquisador do CIP. A reclusa conviveu e conversou durante cerca de 1h:30min com o seu “parceiro” da ocasião, que estranhamente dispensou os serviços sexuais proporcionados pela Maria. Ao invés disso, o cliente daquela tarde em que os cristãos celebravam a Paixão de Cristo estava mais interessado em conversar. Na primeira pessoa, a reclusa contou a sua história de vida e a violência que sofre diariamente por detrás das grades.

Na ocasião, a reclusa trajava uma camiseta preta, umas calças jeans azuis e sapatilhas brancas. Nada de uniforme prisional da cadeia. O seu rosto estava coberto do nariz ao queixo por uma máscara de cor azul de fabrico caseiro.

Guiada pelo investigador a reclusa subiu quase 3 metros de uma escada coberta de azulejo preto em direcção ao quarto nº 13, no segundo piso do edifício, onde supostamente manteria relações sexuais. Entrou e sentou-se, apreensiva, no canto da cama. Modestamente mobilado, o quarto de 2,5 metros quadrados tinha uma cama medicinal para solteiro com lençóis brancos. Defronte da cama e à esquerda da porta havia uma pequena mesa de alumínio com duas cadeiras e no canto superior, do lado direito, uma TV Led japonesa desligada. Era neste quarto onde, mais uma vez, Maria colocaria sua intimidade à disposição de um cliente. O quarto era-lhe familiar.

Já estive cá algumas vezes!, revelou a reclusa ao seu “parceiro”. A reclusa contou que durante os dois anos presa naquele estabelecimento penitenciário, foi obrigada repetidas vezes a manter relações sexuais com clientes. *Querendo ou não tenho que sair, disse.*

“Fui parar no hospital”

Para além de vítima de exploração sexual, Maria é um dos rostos da violência naquele estabelecimento prisional. A reclusa conta que foi brutalmente agredida por se ter recusado a sair das celas para prostituir-se.

Fui parar no hospital no dia seguinte. Espancaram-me e atiraram água no corpo, conta.

Depois da agressão de que foi vítima, a reclusa não mais recusou prostituir-se. *“Daí nunca mais neguei sair”*, diz. O que começou como uma imposição passou a ser uma forma de sobrevivência. Sem nenhum apoio da família, a reclusa viu-se obrigada a tirar benefícios da sua própria condição:

“Também vou porque tenho necessidades, não porque queira”, refere.

O facto de a reclusa ser extremamente vulnerável fez com que muito facilmente cedesse à pressão dos guardas para prostituir-se. Maria é mãe solteira e órfã de pai e mãe.

A reclusa conta que usa parte do dinheiro que recebe das pessoas com quem mantém relações sexuais para suprir as suas necessidades e ajudar as filhas. *“Tenho necessidades como mulher e como mãe. Tenho que cuidar das minhas filhas”* - desabafou visivelmente emocionada.

Parte do dinheiro que Maria recebe dos clientes fica com os guardas que a retiram da penitenciária. *“Tenho que esconder algum para eles não verem”*, revelou a reclusa.

Apesar de estar há algum tempo envolvida neste esquema, Maria diz não se sentir confortável com o que faz. *“É difícil habituar porque não faz parte de mim”* - disse. *Mas se eu não fizer, como me vou sustentar? É muito difícil*, acrescentou com a voz trémula.

“Somos muitas, nem sempre escolhem as mesmas pessoas”

A reclusa revelou que sai da penitenciária para se prostituir, no mínimo, duas vezes por semana. Para testar a frequência com que a reclusa é retirada da penitenciária, o pesquisador do CIP simulou estar disposto a pagar uma quantia generosa em dinheiro para vê-la no dia seguinte, Sábado - 3 de Abril -, ao que respondeu:

“Não é assim como funcionam as coisas. Somos muitas e os guardas nem sempre escolhem as mesmas pessoas”, referiu. *“Amanhã sairão outras”*, acrescentou.

No decorrer da conversa, o investigador voltou a insistir para que se encontrassem no Sábado. Mas a reclusa, recusou.

“Isso não depende de mim” - disse a reclusa explicando que cabe aos guardas decidir qual das reclusas sai, quando e com quem.

Normalmente quem decide as saídas das reclusas para a prostituição são os guardas. Os clientes não têm o poder de escolher, senão apenas dar as referências das características da reclusa que precisam: magra, clara, alta, mais jovem...

As mais vulneráveis caem fácil na rede

Maria revelou ainda que nem todas as reclusas detidas no EPEMM integram a rede clandestina de prostituição. Somente as mais vulneráveis.

“Aqueles que têm apoio das famílias não aceitam, não precisam disso. Para quem não tem apoio da família, como é o meu caso, a situação é muito difícil. Tem que se virar.”

Maria diz que a vulnerabilidade a que está exposta e a falta de apoio da família faz com que facilmente caia na rede de prostituição clandestina que funciona no interior da penitenciária.

Segundo apurou o CIP, as reclusas que se recusam a prostituir-se não só são agredidas como também não recebem comida devidamente. Isto faz com que aquelas que não têm apoio de familiares facilmente cedam à pressão dos guardas e acabem se prostituindo.

“Se eu não aceitar, vou ser punida, vou ser negada comida”.

Lágrimas e o sonho de *Smart Shoes* para a filha...

Apesar do drama por que passa enquanto reclusa, Maria quer o melhor para as suas três filhas. Enquanto decorre a conversa, a reclusa emociona-se sempre que fala da sua filha mais nova. “Quando me lembro dela, choro!” - diz com a voz trémula.

Enquanto limpa as lágrimas que lhe caem lentamente do rosto, Maria revela que a sua maior alegria é ver as filhas felizes. “Gostaria de ver a minha filha mais nova a ir para a escola uniformizada e com aqueles sapatinhos pretos que vendem aí nas lojas da cidade” - disse, referindo-se aos sapatos escolares feitos de cabedal, os famosos *Smart Shoes*.

Maria não vê a filha mais nova há mais de um ano. As duas outras filhas são relativamente maiores de idade e vão visitá-la frequentemente.

O drama de Marta: choros à noite até ideias de suicídio

Como Maria, Marta [nome fictício] 30 anos, é outra reclusa do EPEMM que tem sido obrigada a prostituir-se pelos guardas prisionais. Foi condenada a prisão em 2019 por cumplicidade num assalto e já cumpriu parte da pena. No dia 2 de Abril, conversou com o pesquisador do CIP, disfarçado de cliente.

Marta trajava um vestido longo com riscas pretas e brancas na horizontal. A cobrir-lhe os ombros tinha um xaile preto. Trazia nos pés umas sandálias castanhas e na cabeça um corte chamado *Punk*. Foi levada pelo investigador ao quarto número 11, localizado no primeiro andar da pensão/ Guest House denominado Complexo Gima-Gima Sociedade Unipessoal, Lda. O nervosismo e o medo tomaram conta da reclusa.

Questionada pelo investigador a razão de tanto nervosismo, respondeu nos seguintes termos: *não sei porque estou assim porque sempre faço isso!*

Marta conta que, logo na primeira semana após a sua detenção, ela e mais outra reclusa foram obrigadas a manter relações

sexuais com guardas prisionais. Ambas negaram. Por causa disso, foram espancadas pelos guardas até ao ponto de irem parar ao hospital. Dada a gravidade dos ferimentos, a colega foi evacuada para o Hospital Central de Maputo (HCM) e Marta foi assistida no posto médico da cadeia. Como resultado da agressão, Marta contraiu ferimentos nas costas.

Com medo e não podendo fazer nada, Marta viu-se obrigada a ceder à exploração sexual perpetrada pelos guardas prisionais. “*Quando és nova na cadeia és motivo de disputa entre os carcereiros*” disse Marta.

“Só descanso quando estou de período”

Por ser uma das reclusas mais novas no EPEMM, Marta é retirada com frequência para se prostituir. “*Saio duas a três vezes por semana, só descanso quando estou de período*” - revelou. As reclusas mais novas estão entre as mais solicitadas. Assim, quanto mais nova for a reclusa mais dinheiro os guardas conseguem arrecadar.

Marta revela que tem passado por dias difíceis na cadeia. Chega a ser obrigada a manter relações sexuais com mais de 3 pessoas estranhas por dia. Marta já tentou tirar a sua própria a vida. “*Quero sair, estou cansada. Já tentei suicidar-me, mas quando penso no sofrimento da minha filha e da minha mãe, desisto!*” Marta é mãe de uma menor de 7 anos e não vê a hora de sair do EPEMM para poder cuidar dela.

A reclusa revelou que vezes sem conta o arrependimento invade os seus pensamentos e não consegue conter as lágrimas que lhe caem do rosto. “*Por vezes choro durante a noite!*” Marta acredita que se tivesse outra oportunidade faria de tudo para nunca ser presa.

Para além de serem exploradas sexualmente, as reclusas são humilhadas pelos guardas prisionais. “*Quando percebem que és uma pessoa com um nível escolar acima dos carcereiros tornas-te vítima de humilhações e punições sem justa causa!*” - revelou Marta.

O terceiro encontro: reclusas entregues na mesma Pensão

Mais uma vez, pesquisadores do CIP, fingindo tratar-se de pessoas interessadas em satisfazer os seus desejos libidinosos, entraram em contacto com os guardas e solicitaram mais duas reclusas para, supostamente, manterem relações sexuais. O terceiro encontro foi marcado para o dia 10 de Abril, uma semana após o segundo. Chegado o dia, os investigadores do CIP deslocaram-se até à mesma Guest - House para se encontrarem com mais duas reclusas.

Mais uma vez, antes da entrega das reclusas, uma missão de reconhecimento foi adiantada para a pousada. Novamente um casal de guardas prisionais, desta vez seguindo em viatura ligeira de marca Toyota, de cor preta. O casal chegou e ocupou um quarto localizado na rés do chão da pensão, em posição que lhe permita manter o controlo da situação.



Legenda: Momento em que as reclusas desocupavam a viatura à chegada na Pensão



Legenda: Viatura usada pelos guardas prisionais para se deslocar à pensão para vigiar as reclusas

Cerca de 10 minutos depois, por volta das 16:00H, as duas reclusas chegaram à pensão numa viatura de cor branca. Novamente as reclusas estavam na companhia de guardas prisionais. Os guardas entregaram as reclusas aos pesquisadores disfarçados de clientes, que, rapidamente, as levaram aos quartos.

Um dos investigadores ficou com a Mariana e o outro com Maria, ambos nomes fictícios. Maria já tinha estado com um dos investigadores no encontro anterior.

“Se eu não cedesse já não estaria aqui”

Mariana [nome fictício], 32 anos, é reclusa há três anos. Já cumpriu metade da pena pelo seu envolvimento num esquema de venda de drogas. A reclusa sonhava com uma vida melhor para a filha mas, quando menos esperava, tudo se tornou num pesadelo. Como muitas reclusas, Mariana é obrigada pelos guardas a prostituir-se.

Na tarde do dia 10 de Abril, Mariana estava na pensão para mais uma sessão de sexo por dinheiro, mas o seu parceiro da ocasião era um pesquisador interessado em colher informação. Na ocasião, Mariana trajava umas calças *jeans* azuis e uma blusa branca. Tinha as unhas cuidadas e, na cabeça, cabelos cacheados.

A reclusa despiu-se e sentou-se na cama enquanto decorria a conversa. Ao investigador a reclusa contou que os seus primeiros dias na cadeia foram tranquilos. “Me trataram bem, simplesmente para me enganar!” - disse. Mariana nem sequer imaginava que viria a viver os piores momentos da sua vida naquele estabelecimento penitenciário.

Mariana foi aliciada pelos guardas a prostituir-se em troca de uma vida facilitada. Depois de dois meses sob pressão, a reclusa cedeu. Conta que, na primeira vez que saiu para prostituir-se, foi obrigada a manter relações sexuais com dois homens. “*Me tiraram [da cadeia] como se tivesse a ir ao hospital. Chegados lá vi dois homens que me levaram para uma casa dentro da cidade. Fizeram o que quiseram de mim!*” - disse Mariana com os olhos repletos de lágrimas. *Foi o pior dia da minha vida!*” - disse chorando.

A reclusa conta que não tinha como contrariar as ordens dos guardas por temer que algo pior sucedesse. *Se eu não cedesse já não estaria aqui!*

Depois da primeira experiência, Mariana passou a ser uma das reclusas retirada com frequência para prostituir-se. “*Houve momentos que sai por 4 dias seguidos!*” - disse. A reclusa conta que já esteve com homens de todas as idades. Segundo Mariana, várias outras reclusas passam pelo mesmo. A dor é generalizada. “*Nas celas conversamos sobre o que passamos quando saímos.*” - explicou.

Maria regressa uma semana depois

Maria, uma das reclusas que tinha estado com um dos pesquisadores no dia 2 de Abril, voltou a sair uma semana depois, no dia 10 de Abril. A reclusa trazia uma blusa com tiras pretas e brancas, umas calças *leggings* preta e 1 par de sapatilhas brancas com barra vermelha e uma máscara de cor vermelha. A convite do investigador, disfarçado de cliente, a reclusa dirigiu-se para o quarto nr. 12. Despiu-se e colocou-se à disposição, enquanto conversavam.

“Me senti estranha”

Durante a conversa, a reclusa conta o drama que passou da primeira vez que foi obrigada a deitar-se com um homem. Me senti estranha. Em algum momento preferi pensar que não era eu quem estava ali!

Apesar de não estar satisfeita com a vida que leva por detrás das grades, a reclusa diz não ter escolha: *Tenho que me submeter, não tenho escolha!*

A reclusa espera ter a sua pena reduzida por bom comportamento para viver uma nova vida. Para isso, diz estar a seguir “à risca” as normas da penitenciária e as ordens dos guardas.

Se eu me comportar bem sou capaz de sair antes, então tenho que me comportar! “Já não digo não à muita coisa!”

Durante a conversa, a reclusa contou que a motivação dos guardas para a retirada das reclusas para a prostituição é o dinheiro fácil que arrecadam com o negócio.

Eles não nos tiram para satisfazer nossos caprichos, mas porque eles ganham com isso! -, diz. Parecem “cafetões” para nós! - acrescentou.

Maria deseja começar uma nova vida fora da prisão. Mas, às vezes, o medo e a incerteza falam mais alto.

As vezes penso que vai ser a mesma coisa. Minhas memórias vão comigo! - refere desanimada.

O dilema: “lista negra” ou prostituição

Quatro mulheres que estiveram a cumprir penas de prisão no EPEMM confirmam a existência de uma rede clandestina de exploração sexual de reclusas no interior daquele estabelecimento. Das quatro, duas já cumpriram na totalidade as suas penas e as restantes estão em liberdade condicional. As antigas reclusas foram ouvidas por pesquisadores do CIP entre os dias 3 e 5 de Maio e, na primeira pessoa, contaram o drama por si vivido por detrás das grades.

Cândida [nome fictício] é uma antiga reclusa. Foi condenada em 2015 a uma pena de prisão de 6 anos. Cumpriu 3 anos no EPEMM e os restantes em liberdade. A antiga reclusa foi entrevistada no dia 5 de Maio de 2021.

Cândida conta que passou na cadeia os momentos mais difíceis da sua vida. *“Não desejo para nenhuma mulher o que vivi na cadeia!”*- diz. A antiga reclusa confirmou que as reclusas são exploradas sexualmente. Assim que chegou ao estabelecimento penitenciário, Cândida foi aliciada pelos guardas a prostituir-se em troca de protecção e outros benefícios. *Os guardas diziam se queres estar bem aqui tens que concordar com tudo, senão vais passar muito mal.*

A reclusa conta que inicialmente negou, mas depois de algum tempo, cedeu à pressão. Foi praticamente uma obrigação, tive que aceitar porque queria estar bem lá!- disse. *“Se tu não aceitas ficas na lista negra!”* -, disse Cândida, explicando que as mulheres que se recusam a prostituir-se são maltratadas pelos guardas.

A reclusa conta que chegou a sair 4 vezes para se envolver sexualmente com pessoas que não conhecia: *No começo não falam que vais fazer sexo com alguém. Dizem que é para se divertirem. Mas, o que acontece é outra coisa!*

Segundo Cândida, as reclusas normalmente são retiradas aos fins-de-semana e aos feriados para se prostituírem. *“Ninguém gostava de ouvir que era sexta-feira porque era o dia em que tudo começava!”*- conta.

“Entrei na cadeia casada, saí solteira”

Cândida estava casada há alguns anos quando foi condenada a pena de prisão no EPEMM. Nos primeiros meses de reclusão, recebia apoio do esposo que a visitava com frequência. Mas, tudo mudou quando, esperando obter ajuda, ela contou ao esposo que era obrigada a sair da cadeia para se envolver sexualmente com um homem.

Saí para dormir com um homem e o meu marido descobriu que eu não estava na cadeia - disse. *Daí nunca mais me procurou. Quando fui solta ele já tinha outra parceira-* lamentou-se.

Cândida conta que as reclusas casadas saíam regularmente para visitar os parceiros. *“Eu podia sair para ter com meu marido fora da cadeia desde que eu pagasse”*. Tudo era feito em conivência com os guardas. Da vez que saiu para o aniversário do esposo, a reclusa conta que pagou aos guardas 3000, Mt para o efeito.

Ordens da “Chefe” e um penso cheio de sangue

Ana [nome fictício], 28 anos, foi uma das antigas reclusas ouvidas pelos investigadores do CIP. A reclusa cumpriu metade da pena de 4 anos no EPEMM e está agora a cumprir pena em liberdade.

Como a maioria das reclusas no EPEMM, Ana foi obrigada a manter relações sexuais com pessoas estranhas fora da penitenciária. Entretanto, a reclusa conseguiu escapar. *Fui escolhida para sair mas, para minha sorte, neste dia meu período desceu*”- disse. A reclusa conta que, para escapar teve que mostrar um penso cheio de sangue à “Chefe”. *“Quando eu disse que estava de período não acreditaram em mim!* - afirmou.

“A Chefe” é a alcunha que se deu a uma das mais antigas e temidas reclusas do EPEMM. É ela que lidera a equipa que assiste aos guardas prisionais a escolher reclusas para a prostituição. *Ela chegava e dizia que hoje temos que levar meninas para sair. Não sabíamos como ela tinha esta informação* - revelou Ana.

A antiga reclusa diz suspeitar que pessoas do topo da hierarquia prisional tenham conhecimento do esquema. *Não são boas pessoas!* -, desabafa.

Na mira dos guardas: assédio e sexo em troca de protecção

A Ana revelou ainda o outro lado desconhecido do EPEMM: o assédio por parte dos guardas e pessoas do topo da hierarquia policial. *Eramos assediadas, tanto pelos guardas como por pessoas grandes [comandantes]*!.

Segundo contou, os guardas abordaram-na várias vezes oferecendo protecção em troca de sexo. *Tinhas que ter alguém para te proteger, então obrigatoriamente tinhas que te envolver com ele*”, disse.

A antiga reclusa conta que resistiu ao assédio durante algum tempo, mas acabou cedendo à pressão. *As coisas não estavam boas, então, acabei me envolvendo com um guarda!*.

A suposta protecção prometida pelos guardas nunca chegou a se efectivar. A reclusa teve que se proteger a si mesma. *Passei a falar mais e isso intimidava as pessoas.*

A Ana conta que, por causa do tom de pele não sofreu assédio logo nos primeiros dias. *As pessoas lá gostam de pessoas com um tom de pele mais claro que o meu. As pessoas claras é que passavam mal. Me safava por causa disso!* Entretanto, o “milagre” da cor foi de pouca dura. Não tardou muito para que os atributos da antiga reclusa começassem a chamar a atenção não só dos guardas mas também de outras colegas. *Depois que notaram que sou bonita, comecei a sofrer!*- afirmou.

Jéssica: a reclusa com álibi “certo” para se safar

Jéssica [nome fictício], 28 anos foi condenada à prisão em 2012 e cumpriu metade da pena e foi solta por bom comportamento. Agora é livre e segue a vida longe do mundo do crime. Entrevistada no âmbito desta investigação, a antiga reclusa confirmou o drama vivido por detrás das grades.

Algumas saíam clandestinamente. Outras eram abusadas sexualmente- disse.

Com um tom de pele claro e atraente, Jéssica tinha os atributos que os guardas precisavam. *Fui assediada várias vezes!*, conta. Entretanto, Jéssica tinha a justificação certa para ser poupada: “estava grávida”. Depois de dar à luz, a antiga reclusa ficou com a filha na cadeia durante 1 ano e 4 meses. Jéssica conta que, neste período, não foi assediada nem obrigada a prostituir-se.

Entretanto, assim que terminou o período da amamentação, foi assediada constantemente pelos guardas. *Tive muitos pretendentes!*, revelou. A reclusa conta que chegou a ser convidada por um guarda para prostituir-se. *Recusei!*, disse

Jéssica. A maioria das reclusas que nega prostituir-se sofre represálias. Jéssica teve uma sorte diferente.

Para sentir-se protegida, a reclusa chegou a envolver-se num enlace amoroso com um dos chefes de permanência da cadeia: “Precisava de alguém para me sentir protegida de outros chefes” - contou. *“Preferia estar sujeita a um só a ter que me envolver com todos os homens que vinham para cima de mim”*, acrescentou.

A reclusa acredita que o seu envolvimento com o chefe pode ter impedido que fosse escolhida para a prostituição.

Mecanismos de denúncia não são credíveis

Apesar dos abusos e maus tratos por que as reclusas passam, elas raramente denunciam. Segundo Jéssica, a maioria das reclusas evita queixar-se por temer que ninguém as oiça. *Por mais que as pessoas se queixem, os chefes darão ouvidos aos guardas e não às reclusas!*, afirma.

Segundo se apurou durante a investigação, algumas reclusas que já tinham tentado denunciar os abusos cometidos pelos guardas foram barbaramente agredidas. A agressão desencoraja outras reclusas a fazerem a denúncia.

De forma regular, as reclusas do EPEMM recebem visitas de diferentes congregações religiosas, da Inspeção da Procuradoria-Geral da República (PGR) e de pessoas de boa vontade. Mas, mesmo assim, não encontram espaço para denunciar os horrores por que passam na cadeia.

Vivíamos sempre vigiadas. Os guardas estão sempre por perto!, afirma Jéssica. Nos casos em que havia inspecção da PGR, a reclusa conta que não lhes era permitido falar: *Apenas nos informavam sobre a situação dos nossos processos!*.

Medo, vergonha e auto-culpabilização

É comum que, nestes casos, haja muito medo de fazer a denúncia porque as vítimas estão perante uma intimidação, manipulação e, até mesmo, ameaça à sua integridade física- disse a psicóloga Andrea Serra, comentando o facto de as vítimas de abuso ou exploração sexual raramente chegarem a denunciar as sevícias de que sofrem. *Elas temem que, caso denunciem, sua vida seja colocada em risco!*, explicou Serra.

Para a psicóloga e activista social, Cândida Muvale, é muito compreensível que as reclusas tenham receio de falar da violação ou exploração de que foram vítimas por causa do medo de exposição. *A maioria destas reclusas tem família e não gostaria que os seus familiares soubessem que durante o período de reclusão, foram violadas sexualmente, afirmou. Falar sobre violação, abuso ou exploração sexual é muito difícil!*, acrescentou.

A vergonha e o sentimento de culpa são apontados pelas psicólogas como outro factor que impossibilita as reclusas de denunciar os casos de violação e exploração sexual de que são vítimas.

Segundo Serra, as vítimas têm receio de ser julgadas pela sociedade: *É o receio do que as outras pessoas vão pensar, do que a sociedade vai dizer a respeito*, refere. A psicóloga entende ainda que muitas vezes a vítima de violação ou exploração sexual chega a sentir-se responsável pelo acto e isto pode desencorajá-la a denunciar: *Elas chagam a culpar-se por não ter conseguido impedir que estes casos tivessem acontecido*”, afirmou.

Serra entende que a falta de denúncia pode estar associada à inexistência de profissionais capacitados para prestar assistência às reclusas na cadeia. *Há uma rede de terapeutas, assistentes sociais, psicólogos que poderia ser usada para fazer este trabalho, mas o Estado não está a usar estas pessoas*, afirmou. *Eu não conheço nenhum programa com este objectivo!* - enfatizou.

A mesma psicóloga entende que a não descoberta/detecção dos casos de exploração sexual de reclusas pode estar associada a um problema estrutural: *As instituições não estão preocupadas com o lado humano, com as pessoas!, refere. Esquecemo-nos de olhar para as pessoas e para o seu lado interno!*.

Para Muvale, a violação e exploração sexual de reclusas na cadeia de Ndhlavela contrasta com a imagem que a sociedade tem daquele estabelecimento. *É uma cadeia tida como exemplo a nível nacional, onde se espera que as mulheres estejam relativamente seguras*, disse.

Apesar de compreender as razões que levam as reclusas a ocultar os maus tratos e a exploração sexual de que são vítimas dentro e fora da Cadeia Feminina de Ndhlavela, Serra aconselha-as a denunciar: *É preciso libertar-se do medo e ter coragem para denunciar. É uma questão de responsabilidade social, uma forma de contribuir para que outras pessoas não venham a ser vítimas deste abuso, senão isto pode se perpetuar!*, afirmou.

Na contramão da Política Prisional

A exploração de reclusas pelos guardas prisionais, para além de violar os princípios básicos de direitos humanos, atropela a política prisional aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 2002/65 de 27 de Agosto, um dos principais instrumentos do Governo visando a unificação e modernização do Sistema Prisional. No que ao tratamento das reclusas se refere, o instrumento estabelece, no seu artigo 5, que devem ser “tratado (a)s com justiça e dignidade de modo a respeitar-se a sua personalidade e os direitos e interesses jurídicos não afectados pela sentença”. Além disso, as reclusas “não devem sofrer humilhações ou influências prejudiciais à sua readaptação social”.

Antigas reclusas entrevistadas pelo CIP, no âmbito desta investigação, revelaram que durante o período de reclusão, para além de serem forçadas a prostituírem-se, sofriam humilhações por parte dos guardas prisionais. *Chamavam-nos de nomes associados aos crimes que cometemos. Ladrãs, assassinas, e muitos outros nomes feios!*, contou Jéssica. Igualmente, as reclusas contaram que os guardas permitiam a entrada de bebidas e drogas para as reclusas na Cadeia Feminina de Ndhlavela. Algumas saíam e voltavam com drogas e bebidas!, disse Ana. Segundo revelou Cândida, outra reclusa ouvida pelo CIP, *os guardas deixam as mulheres viciadas, seja com bebidas, drogas, tudo acontece lá!*

Para Muvale, as reclusas vítimas de violação e exploração sexual desenvolvem um quadro de traumas que pode dificultar a sua reabilitação na cadeia e, posteriormente a sua reinserção social.

A literatura e a experiência mostram que as mulheres vítimas de exploração sexual acabam desenvolvendo o transtorno de stress pós-traumático - disse a psicóloga explicando que, pessoas com esta patologia, sofrem no presente as experiências traumatizantes do passado.

A reclusa sairá da cadeia traumatizada, o que significa que a sua reabilitação não vai ser efectiva. Portanto, no contexto de reinserção social, ela precisará de uma rede de apoio social bastante forte e de um acompanhamento por parte de uma pessoa especializada.- comentou Muvale.

Segundo ela, do ponto de vista emocional, a depressão, ansiedade e irritação são algumas das manifestações do trauma que pode acometer as reclusas vítimas de violação e de exploração sexual. Por outro lado, o trauma pode levar a vítima ao isolamento e a ter dificuldades de se envolver sexualmente:

A violação e a exploração sexuais são experiências que mexem profundamente com a pessoa. Caso as vítimas não passem por uma terapia, podem sentir-se sujas e incapazes de envolver-se sexualmente com os seus parceiros

A psicóloga entende que, quando não tratado, o transtorno de stress pós-traumático pode impactar negativamente na vida da reclusa: *Ela pode não ter esperança, não fazer planos para o futuro e autossabotar-se. A vítima fica em constante estado de hiper-vigilância, qualquer homem pode representar uma ameaça*, explicou.

Conclusão e recomendações

A exploração sexual de reclusas é um fenómeno que acontece há muitos anos no Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Maputo e se manteve oculta às autoridades governamentais e a organizações de defesa dos direitos humanos e dos reclusos. Os guardas, aproveitando-se da vulnerabilidade das reclusas e do poder que dispõem empurram-nas para o mundo da prostituição em troca de dinheiro. Além disso, as reclusas são assediadas e abusadas sexualmente pelos guardas.

A investigação realizada pelo CIP revela, pela primeira vez, pormenores da brutalidade com que as mulheres reclusas são tratadas na Cadeia Feminina de Ndlavela, exigindo-se, por isso, uma acção imediata do Governo para proteger as vítimas, responsabilizar os guardas envolvidos na rede de exploração sexual de reclusas bem como a direcção do estabelecimento penitenciário que falhou em proteger as reclusas da exploração sexual.

Uma comissão de inquérito independente integrando diferentes órgãos e instituições do Estado, incluindo o Ministério Público, a Assembleia da República e organizações de defesa dos direitos humanos deve ser constituída com urgência para investigar o caso de exploração sexual de reclusas na Cadeia Feminina de Ndlavela e produzir recomendações para a protecção das reclusas deste estabelecimento prisional e dos demais espalhados pelo país.

Investigações similares devem ser conduzidas pelas autoridades em outros estabelecimentos prisionais onde estão encarceradas mulheres para apurar se não ocorrem situações similares às de Ndlavela.

Referências

1. Procuradoria Geral da República (2019), Informação Anual Do Procurador-Geral Da República À Assembleia Da República - 2020;
2. US Embassy in Mozambique (2018). Relatório dos Direitos Humanos em Moçambique de 2018. Disponível em <https://mz.usembassy.gov/pt/mozambique-2018-human-rights-report-pt/> Acessado a 11 de Maio de 2021];
3. DW (2013). Reclusos são vítimas de abusos dos direitos humanos em Moçambique. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/reclusos-são-v%C3%AAdtimas-de-abusos-dos-direitos-humanos-em-moçambique/a-17080905> [consultado a 05 de Novembro de 2020];
4. LUSA (2019). Provedor de Justiça de Moçambique considera “ilegal” recusa de voto aos reclusos. Disponível em https://24.sapo.pt/amp/noticias/provedor-de-justica-de-mocambique-considera_5f9159320f14702437fb4aa3 [acessado a 11 de Maio de 2021]
5. Procuradoria Geral da República (2019), Informação Anual de 2019 do Procurador-Geral da República à Assembleia da República;
6. Andre, E. e Mendonça, M. (2019). Política prisional e garantia de atenção integral à saúde da criança que coabita com mãe privada de liberdade, Moçambique. SAÚDE DEBATE, V. 43, N. 120, P. 43-53, JAN-MAR; Rio de Janeiro;
7. Gender Links (2024). Auto Superação: Cadeia de Ndlavela – Uma Escola De Vida. Disponível em <https://genderlinks.org.za/news/auto-superao-cadeia-de-ndlavela-uma-escola-de-vida-2014-06-24/> [acessado a 11 de Maio de 2021]
8. Notícias (2020) PR indulta prisioneiros. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/99862-pr-indulta-prisioneiros>. [Acessado a 8 de Maio de 2021]



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Coordenação e Edição: Borges Nhamirre

Autores: Aldemiro Bande e Egas Jossai

Assistente de Pesquisa: Nélia Nhacume

Revisão de Pares: Edson Cortez, Inocência Mapiisse e Baltazar Fael

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [E](#)CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique